

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.410.754 - PR (2018/0323258-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : C E F M (MENOR)
REPR. POR : M C M
ADVOGADOS : KARL GUSTAV KOHLMANN - PR036130
WILSON EDGAR KRAUSE FILHO E OUTRO(S) - PR042135
KARIN KASSMAYER - PR036352
AGRAVADO : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR
ADVOGADOS : ELIZABET NASCIMENTO - PR012845
KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE - PR021785
LUCIANO SILVA DE LIMA E OUTRO(S) - PR063354

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado Do Paraná, assim ementado (e-STJ Fls. 393/394):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS. 1. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. 2. PRESSUPOSTOS RECURSAIS. PEDIDO DE APRECIÇÃO DE SUPOSTOS AGRAVOS RETIDOS. INCOMPATIBILIDADE COM O CONTEÚDO DO CADERNO PROCESSUAL. INEXISTÊNCIA DE AGRAVOS INTERPOSTOS NOS AUTOS. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO APELO NESTE PONTO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA QUE NÃO É EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO. PLEITO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTES DE MAU CHEIRO PROVENIENTE DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA CONFIGURADO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. CONHECIMENTO EX OFFICIO . SENTENÇA ANULADA. BAIXA DOS AUTOS PARA INSTRUÇÃO. 4. RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, JULGADO PREJUDICADO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 455/464).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 85, 373, II, 384 e 1.022 do CPC/15, 6º do CDC, 225, § 3º, da CF, 3º, IV, e 14, § 1º, da

Lei n.º 6.938/81. Sustenta, em síntese, que *a)* há nulidade processual por negativa de prestação jurisdicional; *b)* deve ser invertido o ônus da prova em favor do consumidor; *c)* devem ser fixados honorários sucumbenciais em razão da interposição da apelação; *d)* deve ser reconhecida a responsabilidade civil objetiva, com aplicação da teoria do risco integral; e *e)* os documentos juntados aos autos, não foram contestados pela ré, e comprovam o dano.

Apresentadas contrarrazões às fls. 514/530.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre salientar que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do novo CPC, motivo pelo qual o presente recurso será examinado à luz do Enunciado Administrativo nº 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O inconformismo não merece prosperar.

Verifica-se que não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022 do novo Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

De outro lado, observa-se que o Tribunal de origem reconheceu, de ofício, que o julgamento antecipado da lide pelo juízo *a quo* ofendeu os princípios do contraditório e ampla defesa. Logo, decidiu anular a sentença de improcedência, a fim de oportunizar a produção da prova pericial, e julgar prejudicada a análise das matérias alegadas na apelação interposta.

Ao analisar os embargos de declaração opostos pela parte aurora, ora recorrente, a Corte de origem asseverou, ainda, que (fl. 458/460):

"O embargante (1) alegou que o aresto julgado foi omissor

ao deixar de deliberar sobre a inversão do ônus da prova, de fixar honorários advocatícios para a fase recursal e de analisar acerca da responsabilidade civil objetiva e solidária da embargante (2)/ré por danos ambientais, com a aplicação da teoria do risco integral.

No tocante à alegação de omissão, ressalte-se que essa, na definição de Sonia Márcia Hase de Almeida Baptista, “é a preterição no comando estatal, indicando lacuna, deixando a sentença de dizer alguma coisa, ou por olvidou-se em dizer, ou descuidou-se em dizer. Importa em ausência, lacuna de alguma coisa que nela deveria existir” 1.

Em que pese a argumentação do recorrente (1), a questão da inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor, não foi objeto de análise da sentença e nem arguida no recurso de Apelação.

Inclusive, cumpre ressaltar que o pedido de apreciação de Agravo Retido sobre a prova pericial, formulado em recurso de Apelação pelo autor, não foi conhecido, por afronta ao Princípio da Dialecticidade Recursal, eis que sequer fora interposto.

Quanto ao pedido de fixação de honorários advocatícios recursais, destaco que o artigo 85, § 11, NCPC, não é aplicável à espécie.

Isso porque o acórdão embargado apenas anulou a sentença, determinando a baixa dos autos para instrução probatória. Logo, não houve substituição de um pronunciamento judicial por outro, mas simplesmente a cassação da sentença.

(...)

Por fim, não prospera o argumento de omissão do julgado quanto à responsabilidade civil que deveria ter sido imposta à ré/embargante (2). A matéria foi claramente mencionada no corpo do acórdão, ao tratar acerca da imprescindibilidade da produção da prova pericial para a aferição dos alegados danos sofridos pela embargante (1). In verbis:

“Dessa forma, diferentemente do que entendeu o MM. juiz “a quo”, a matéria não é exclusivamente de direito, sendo imperioso verificar, no caso concreto, se o serviço foi prestado de maneira (in)adequada, se houve ou não violação às normas reguladoras da instalação de estações de tratamento, se o dano alegado pelo autor efetivamente existiu e, em caso positivo, qual a sua extensão.

Para tanto, é imprescindível a produção de prova pericial. ” – mov. 20.1 – Apelação Cível, fls. 12/13.

Assim, a análise da responsabilidade objetiva descabe nos presentes embargos, eis que o processo foi devolvido ao primeiro grau para dilação probatória”.

Dessa forma, entendo que as teses defendidas pela parte recorrente, acerca

da inversão do ônus da prova, da responsabilidade objetiva e do cabimento de honorários advocatícios, não merecem prosperar. Tais argumentos não são capazes de atacar o fundamento adotado pela Corte de origem, em que se reconheceu o cerceamento do direito de defesa e se anulou a sentença. Ademais, ressalta-se que houve manifestação expressa da Corte no sentido de que as demais questões ficariam prejudicadas, pois seriam analisadas novamente pelo juízo de origem.

Ademais, registre-se que o entendimento pacífico desta Corte Superior é no sentido de que o juiz é destinatário final das provas, de modo que a análise acerca da (in)suficiência do acervo probatório demandaria revolvimento fático-probatório, providência incompatível com o apelo especial, conforme Súmula 7/STJ. Corroboram essa conclusão os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições deve ser afastada a alegada ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, dirigir a instrução e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento 3. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de cláusulas contratuais e de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento".

(AgInt no AREsp 1201100/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 22/05/2018, grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator